



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

INDÚSTRIA, TRABALHO E MEMÓRIA DO ESPAÇO DE MORADIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA -BA

Miriam Cléa Coelho Almeida²⁹¹
(UESB)

Verônica Ferraz de Oliveira-
(UESB)

RESUMO

Esse artigo faz uma análise da atividade industrial no município de Vitória da Conquista face à reestruturação produtiva do capital, tendo como parâmetro os processos de trabalho e os trabalhadores envolvidos nessa atividade e seus rebatimentos na memória do espaço de moradia. As análises foram fundamentadas nas contribuições de Harvey (2000), Thomaz Júnior (2002-2005), Benko (1999), Carlos (2007), Antunes (2005) e Alves (2007). Foram coletadas informações com os trabalhadores e em instituições vinculadas à atividade e ao trabalho industrial. A atividade industrial nesse município tem sido impulsionada pela inserção de novas técnicas e tecnologias, contudo, as relações de trabalho decorrentes da adoção do novo modelo produtivo subjagam os trabalhadores a um trabalho e espaço de moradia precários.

PALAVRAS- CHAVE: Trabalho. Indústria. Espaço. Memória.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo analisar a atividade industrial no município de Vitória da Conquista face à reestruturação produtiva do capital, tendo como parâmetro os processos de trabalho e os trabalhadores envolvidos nessa atividade e seus rebatimentos na produção do espaço de moradia.

²⁹¹Professora Assistente Mestre do Departamento de Geografia - UESB. Grupo de Pesquisa: Laboratório de Análise Geográfica: redes, território e sociedade. E-mail: miriamclea@gmail.com.

Professora Mestre - JTS. Grupo de Pesquisa: Laboratório de Análise Geográfica: redes, território e sociedade. E-mail: veronica.ferraz@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O esforço científico foi motivado pelo fato de o município de Vitória da Conquista, localizado no Sudoeste do Estado da Bahia, centralizar o dinamismo de uma região do semiárido baiano e nordestino e se inserirem um contexto em que as relações de trabalho e produção implementadas pelo setor comercial, industrial e de serviços vêm sendo alteradas ao longo do tempo.

As alterações são observadas nas bandeiras de lutas dos sindicatos dos trabalhadores, no desenho do espaço da fábrica, no modelo de produção instituído pelas empresas, na terceirização de serviços, no crescimento do trabalho informal, nos contratos temporários, na produção do espaço agrário com a atividade cafeeira e pecuária, na “descamponização”, entre outras.

Entretanto, apesar de reconhecer que as transformações atingem todas as atividades econômicas, privilegiou-se, neste estudo, as indústrias instaladas em Vitória da Conquista cadastradas pela Federação da Indústria do Estado da Bahia (FIEB), caracterizadas por pequenas, médias e grandes empresas; pela diversificação de ramos e pelo grau diferenciado no alcance e atuação nos mercados.

As análises fundamentaram-se nas contribuições teóricas de Harvey (2000) que apresenta uma compreensão acerca da produção capitalista do espaço; Thomaz Júnior (2002-2005) que examina as articulações entre o trabalho e a produção do espaço; Carlos (2007) que aproxima a discussão da memória com a produção do espaço; Benko (1999) que apresenta considerações sobre o processo de realocação da atividade industrial e Antunes (2005) e Alves (2007) analisam a relação da reestruturação produtiva do capital com as metamorfoses no mundo do trabalho.

Na coleta de dados secundários buscou-se os documentos publicados em instituições como: FIEB, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Prefeitura Municipal e Sindicatos dos trabalhadores industriais. Os dados



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

primários foram coletados por meio de formulários de pesquisa aplicados com os trabalhadores das indústrias em todos os ramos da produção.

Com as informações levantadas, procurou-se responder questões como: Quais as modificações presentes nas indústrias instaladas em Vitória da Conquista em decorrência da reestruturação produtiva do capital? É possível afirmar que o trabalho e os trabalhadores da indústria instalada no município em estudo são os mesmos? Qual(is)os rebatimentos dos processos do trabalho industrial namemóriado espaço de moradia?

Ao examinar o processo de instalação da atividade industrial em Vitória da Conquista desde a década de 1950, segundo dados da FIEB, observou-se que somente a partir da década de 1980 é que se registra um crescimento mais expressivo dessa atividade com a instalação de 30 empresas, representando 15,8% do total de empresas hoje existentes. Na década de 1990 esse crescimento é ainda mais significativo com a instalação de 78 novas empresas (41,1% do total de 2008) e nos anos de 2000, 70 novas empresas são instaladas (36,8% do total de 2008). Nas décadas de 1980 e 1990, a atividade industrial foi impulsionada, sobretudo, pela crise da cafeicultura (principal atividade econômica do município nas décadas anteriores) a qual imprime uma nova orientação nas atividades econômicas, embora o comércio e serviços continuaram ocupando posição de destaque. Nessas décadas os ramos alimentício, têxtil e de minerais não metálicos iniciaram e/ou intensificaram a sua produção.

O aquecimento na atividade industrial nos anos de 2000 pode ser justificado pela mudança na orientação política do governo estadual no sentido de desconcentrar essa atividade do Recôncavo baiano para as regiões interioranas. Desse modo, ocorreu a instalação de indústrias no ramo calçadista como as do Grupo Dass:Dilly Nordeste, Umbro, Kappa, entre outras, não apenas na cidade de Vitória da Conquista, mas em vários outros municípios baianos. O governo federal também contribuiu para o fortalecimento dessa atividade com a disponibilização



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

de linhas de financiamento por meio do Banco Nordeste e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Conforme o Guia Industrial do Estado da Bahia 2007-2008 Vitória da Conquista possui 190 empresas industriais cadastradas na FIEB, com um total de 8.187 trabalhadores.

Esse processo de desconcentração industrial segue a tendência mundial de (re)localização da atividade industrial em decorrência da inserção de novas tecnologias e de novas condições econômicas, postas pela reestruturação produtiva do capital. Ademais, do ponto de vista territorial, “a realocação pode voltar-se para regiões de produção já existente, porém com mais frequência o redobramento dos investimentos e dos capitais dirige estes últimos para os espaços pouco desenvolvidos” (BENKO, 1999, p. 147). Talvez seja essa a motivação principal para a instalação de empresas no interior baiano, em regiões tradicionalmente empobrecidas, mas com formidáveis possibilidades de realização do capital, garantidas pela isenção de impostos, minimização dos custos com a força de trabalho, infraestrutura, entre outros.

Para retomar a caracterização da atividade industrial no município, da totalidade dos ramos industriais existentes em 2008 verifica-se uma concentração de empresas na fabricação de produtos alimentícios (46), confecção de artigos do vestuário e acessórios (23), fabricação de produtos minerais não metálicos (18), impressão e reprodução de gravações (12), fabricação de móveis (12) e preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (10). Todavia, ao se fazer uma relação com o número de pessoal ocupado, esses ramos industriais, com exceção desse último, empregam poucos trabalhadores. Assim, proporcionalmente, os ramos industriais da construção de edifícios e obras de infraestrutura, embora com apenas quatro e duas unidades, respectivamente, empregam mais trabalhadores.

A observação direta no espaço industrial em todos os ramos pesquisados indica o uso de novos equipamentos e de novas técnicas que imprimiram



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

transformações substanciais no processo produtivo. Entretanto, essa constatação não necessariamente significa o abandono de equipamentos ou o uso de técnicas tradicionais. Em muitas empresas, viu-se a convivência de modelos produtivos. Esse cenário corrobora a tese de que o toyotismo não suprimiu as características do taylorismo e fordismo, ao contrário, quando é interessante para a acumulação capitalista adota-se mais de um paradigma produtivista.

Para Alves (2007), as transformações que vêm ocorrendo nos processos produtivos industriais estão relacionadas com o “complexo da reestruturação produtiva do capital”, cujo objetivo é adequar a produção de mercadorias às determinações do novo regime de acumulação do capital – o toyotista.

Esse processo de mudanças que se origina na década de 1970 com a crise estrutural do capital no “centro dinâmico do sistema mundial do capital” é sentido no Brasil desde a década de 1980, restrito às grandes empresas industriais e ampliado a partir da década de 1990 para vários setores e atividades econômicas.

Com o processo de reestruturação produtiva do capital o trabalho tem assumido diversas modalidades e tem sido interpretado de diferentes formas: para alguns, significa o fim do trabalho, para outros, significa a necessidade de alargar o conceito de trabalho para envolver outras dimensões, não apenas as criadas pelas instâncias formais do capitalismo.

Portanto, é necessário pensar o trabalho para além “do chão da fábrica”, ou das unidades formais de produção que sedimentaram o conceito de trabalho ao espaço interno das fábricas, das regulações taylorista, fordista e toyotista.

As implicações da reestruturação produtiva do capital no mundo do trabalho também são analisadas por Harvey (2000) que faz uma reflexão sobre o processo de transição do fordismo para a acumulação flexível e seus desdobramentos no universo do trabalho:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista (p. 141).

Antunes (2002) também nos oferece uma densa avaliação sobre os resultados da reestruturação produtiva para o mundo do trabalho, em que destaca o múltiplo processo vivido pelo trabalhador:

[...] de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado.[...] Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado a economia informal, ao setor de serviços etc, etc. (p.209).

Essas metamorfoses no mundo do trabalho são sentidas em todos os setores econômicos e, na atividade industrial não é diferente. O trabalho de campo realizado atesta essa realidade, pois com a pesquisa foi possível conhecer as características socioeconômicas do conjunto dos trabalhadores dos diferentes ramos industriais estudados, bem como construir um panorama das condições e relações de trabalho realizadas nas empresas.

Dos trabalhadores entrevistados, 76% são do sexo masculino e 24% do sexo feminino. Apesar da inserção da força de trabalho feminina na atividade industrial ainda registra-se uma concentração de homens nessas empresas. Apenas constata-se uma superioridade das mulheres em empresas do ramo de produção de confecções e de alimentos.

O exame da faixa etária dos trabalhadores demonstra uma concentração de 73% entre os 21 e os 40 anos. O comportamento dos dados mostra uma queda no emprego industrial após os 30 anos. Apenas 6,5% dos trabalhadores possuem até 20 anos.

A análise desse cenário envolve uma série de questões desde as admissões para o primeiro emprego até a permanência dos trabalhadores nos postos de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

trabalho após os 30 anos. Ademais é preciso lembrar dos custos com os direitos trabalhistas que perpassam as relações de trabalho, a exemplo da aposentadoria que, em muitos casos, levam a demissões nas empresas. Se for considerada a permanência dos trabalhadores em seus postos de trabalho durante a sua idade ativa, apenas 8,5% dos trabalhadores se mantêm no emprego após os 50 anos de idade.

Ao elencar as tendências no mundo do trabalho hoje, Antunes (2003) inclui a exclusão de jovens e idosos ao pontuar:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários e dos desempregados, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.

Paralelamente à exclusão dos jovens, vem ocorrendo a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários” etc. (p. 56-57).

Essa realidade leva a pensar para onde foi essa força de trabalho descartada e o que fazem, já que, ao analisar o tempo de trabalho nas empresas, vê-se que 61% de trabalhadores possuem até 5 anos de trabalho na mesma empresa. Esse percentual é reduzido entre os intervalos de tempo de 6 a 10 anos (18%), de 11 a 20 anos (17%) e mais de 20 anos (4%). Entre os trabalhadores com mais tempo de trabalho, 59% já tiveram as suas funções alteradas dentro da empresa ou realizam mais de uma função.

Como dito, esses processos estão fortemente relacionados à reestruturação produtiva do capital no Brasil e no mundo em que o avanço da técnica e da tecnologia nos ramos produtivos e o aprimoramento das estratégias de exploração



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

e dominação dos trabalhadores para garantir a acumulação do capital, têm reduzido os postos de trabalho e a jornada de trabalho com redução de salários, e, expulsado milhares de trabalhadores para o subemprego, o trabalho precário e informal em busca de sua sobrevivência.

Quanto ao grau de escolaridade, 55% dos entrevistados não possuem o ensino médio completo e, quase sempre, ocupam os postos de baixa qualificação, sobretudo, aqueles relacionados às empresas de mineração e da construção civil. Registram-se 44% de trabalhadores com o ensino médio completo e apenas 1% possui o ensino superior. Esses em geral ocupam os postos que exigem maior qualificação, normalmente, alocados nas indústrias de construção de grandes obras e indústria química desenvolvendo funções administrativas e de planejamento.

Mesmo com a baixa qualificação, 58% dos trabalhadores declararam nunca terem participado de cursos de capacitação e 42% já fizeram cursos preparatórios. Dentre os que fizeram os cursos, 43% dos trabalhadores arcaram com os custos, 33% tiveram os cursos pagos pelas empresas e os outros 24% tiveram acesso gratuito aos cursos preparatórios oferecidos por instituições como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Instituto Euvaldo Lodi, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAI e a Prefeitura Municipal.

A baixa escolaridade dos trabalhadores também remete a uma baixa remuneração na atividade industrial e, em grande medida, contribui para a complementação da renda em outras atividades. Segundo relato dos trabalhadores, essa complementação da renda ocorre com o desempenho de atividades informais e/ou autônomas como as de pintor, cabeleireira, eletricista, agente de bicheiro, fretista, dentre outros. A necessidade de complementação da renda produz um trabalhador de novo tipo, também polissêmico e multifacetado exercendo funções das mais diversas. Assim, em um turno é operador de máquina no outro é camelô e, em muitos casos, no terceiro turno é vigilante.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Do ponto de vista das relações de trabalho, 93% dos trabalhadores possuem carteira assinada, 4% contratos temporários e somente 3% não têm carteira assinada. Entretanto, há que se considerar uma prática perversa nessa relação, sobretudo, entre os trabalhadores com carteira assinada, no que se refere a acordos escusos entre patrão e empregado relatados em entrevista com os trabalhadores que consistem na assinatura da carteira para atender às exigências legais, contudo, na prática, o trabalhador não recebe o salário integral e nem mesmo as garantias previstas em leis trabalhistas tais como férias, décimo terceiro, horas extras, entre outras.

Em média, a jornada diária de trabalho é de 8 horas para 82% dos trabalhadores, mas registram-se jornadas menores de 4 e 6 horas (3,5%) e maiores como as de 9 horas (7%), de 10 horas (1%) de 18 horas (2%) e até 44 horas (4,5%). Essa última refere-se aos plantões seguidos de folgas dos trabalhadores.

Das vantagens salariais recebidas, destacam-se 40% com o pagamento de horas extras, 28% de vale transporte e 27% com o ticket alimentação. No entanto, 29% dos trabalhadores não possuem nenhum tipo de vantagem adicional ao salário.

Com os baixos salários, os trabalhadores fazem o deslocamento, preferencialmente, por meio do transporte coletivo urbano (48%), à pé (28%) ou de bicicleta (19%). Apenas 7% possuem carro próprio. Esse deslocamento pode implicar em grandes distâncias uma vez que o espaço de moradia está bem distante do local de trabalho como veremos mais adiante.

Apesar das características precárias das relações de trabalho expostas, ao consultar os trabalhadores sobre o grau de satisfação com o trabalho realizado, 47% dos trabalhadores classificam a satisfação como muito alta e alta, outros 41% como média satisfação e 12% classificam a sua satisfação como baixa.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Esse comportamento pode ser justificado pela falta de perspectiva de mudança de emprego ou de melhorias nas condições de trabalho. Por outro lado, o nível de organização dos trabalhadores parece não contribuir para uma superação das precariedades. A pesquisa demonstra que 55% dos trabalhadores são sindicalizados e 45% não possuem vinculação sindical. De acordo com os relatos, apesar de a maioria possuir vínculo sindical, não sabe responder a que sindicato está ligado. Dos trabalhadores que justificaram a filiação destacam a obrigatoriedade (36%), a exigência da empresa (31%), a iniciativa do sindicato (5%) e por achar importante (28%). E, dentre as respostas apresentadas para explicar a não filiação estão em relevo a falta de conhecimento, a falta de interesse, o emprego temporário, o pagamento e a permanência dos problemas, o desconto do dinheiro e a ausência do sindicato.

Somente 4% declaram ter participado de alguma atividade promovida pelo sindicato. Para a resolução de problemas trabalhistas 81% dos trabalhadores têm recorrido à própria empresa, 6% ao sindicato, 3% a justiça do trabalho e 11% ao ministério do trabalho. Esse quadro mostra uma fraca organização dos trabalhadores estando desarticulados, fato que dificulta a luta pela emancipação e busca de conquistas.

Todavia, é preciso lembrar que a fragmentação, a heterogeneidade, a perda de direitos e de sentidos do trabalho dada a condição destrutiva do capital, não podem significar o fim da centralidade do trabalho. Ao contrário, para Antunes (2002), “[...] a emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução *no* trabalho, *do* trabalho e *pelo* trabalho” (p. 205).

A identidade dos grupos sociais guarda uma dimensão espacial, pois um grupo só se pode visualizar em um espaço onde os elementos da sua história estão presentes. Assim Carlos (2007) evidencia que “a memória articula espaço e tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Produz-



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

se pela identidade em relação ao lugar, assim lugar e identidade são indissociáveis” (p. 48-49).

Com base nesse pressuposto acredita-se que a memória do espaço de moradia dos trabalhadores em estudo está diretamente vinculada com as condições e relações de trabalho na atividade industrial. A maioria dos trabalhadores entrevistados declarou residir em áreas urbanas com intensa precariedade dos equipamentos e serviços urbanos coletivos. Em sua maioria, 68% desses trabalhadores residem em casas próprias e quitadas, 23% pagam aluguel e outros 8% moram em casas emprestadas por familiares. Essas residências quase sempre estão distantes do local de trabalho. Ao identificar o local de moradia dos trabalhadores observa-se que os mesmos se deslocam de vários bairros da cidade, contudo, estão mais concentrados em bairros que apresentam intensa precariedade a exemplo dos bairros Zabelê, Brasil (Alegria), Espírito Santo, Cruzeiro, Jurema, Bateias, Nossa Senhora Aparecida, Boa Vista entre outros. Alguns declararam residir na zona rural em distritos e povoados do município de Vitória da Conquista, como Pradoso, Capinal, Vila Mariana, Povoado do Periperi, São Sebastião e Remanso.

Entende-se que as especulações territorial e imobiliária praticadas no conjunto da cidade contribuíram para a expulsão desses trabalhadores, especialmente aqueles que possuem baixos rendimentos, para as áreas mais afastadas e dificultaram o acesso à moradia. O estudo do espaço de moradia desses trabalhadores evidencia o processo de segregação socioespacial a que estão submetidos, o que pode ser percebido, não apenas na localização das áreas de moradia dos trabalhadores, mas no nível de suas habitações, na desigualdade socioeconômica e no nível de acessibilidade física e social aos equipamentos e serviços urbanos coletivos.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

CONCLUSÕES

As questões levantadas permitem considerar que, se por um lado, a atividade industrial em Vitória da Conquista – BA tem sido impulsionada pela inserção de novas técnicas e tecnologias com o uso de equipamentos que alteram o processo produtivo e dão um novo formato e ritmo à produção industrial, por outro, as relações de trabalho decorrentes da adoção, pelas empresas industriais, desse novo modelo produtivo ou a manutenção de “velhos” modelos produtivos, subjugam os trabalhadores a um trabalho precário, exaustivo, instável e de baixa remuneração.

Essa realidade se expressa na memória do espaço de moradia desses trabalhadores, onde são visíveis as precárias condições na infraestrutura, nos equipamentos e serviços urbanos coletivos, reforçando o entendimento de que o trabalho ocupa posição de centralidade na análise da produção do espaço.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaio de sociologia do trabalho. 2.ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O caráter polissêmico e multifacetado do trabalho**. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde, 1(2):53-61, 2003.
- BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização**. Na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo** São Paulo: LABUR, 2007.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma geografia do trabalho**. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002. Disponível em: www.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp2.htm.
- _____. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, 2002.
- _____. **Leitura geográfica da práxis social do trabalho**. Abalar, Santiago de Compostela, n. 5, 2005.